UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE

PROCESSO Nº 23.1.00176.39.1

OFERTA DE COMPRA Nº 102131100582023OC00024

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:

10/08/2023.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

23/08/2023 às 09:00 horas.

UNIDADE:
Escola de Educação Física e Esporte

ENDEREÇO:
Compras - Av. Prof. Mello Morais, 65 - Administração - Bloco Bl A - térreo - sala 22 - Butantã - São Paulo - SP - CEP: 05508-030 - Fone: 3091-3117 ou 3091-3165

Telefones: 1126481638 - e-mail: compraseefe@usp.br.

A **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** torna público que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo **- Sistema BEC/SP**", utilizando recursos de tecnologia da informação - internet, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, e em conformidade com a Lei federal nº 10.520/2002, pelo Decreto estadual nº 49.722/2005, pelo regulamento anexo à resolução nº CC-27/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666/93, do Decreto estadual nº 47.297/2002, da Resolução CEGP-10/2002, e demais normas regulamentadoras aplicáveis.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do certame será realizada no endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** no dia e hora mencionada no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O presente **PREGÃO** tem por objeto a contratação de empresa para **prestação** de **SERVICO DE MANUTENCAO EQUIPAMENTO GERACAO/TRANSFORMACAO DE ENERGIA** conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da Licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2. O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para os registros - RC (**Registro Cadastral**) e RCS (**Registro Cadastral Simplificado**) - no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br**.

2.2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP.

2.3. A Licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma Licitante, em cada pregão eletrônico.

2.5. O envio da proposta vinculará a Licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.6. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 4.6. do item 4., bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto na alínea "f", do subitem 5.1. do item 5., a condição de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal n° 11.488/2007, deverá constar do registro da Licitante junto ao CAUFESP.

2.7. Não poderão participar do certame empresas estrangeiras que não funcionem no País; os interessados que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição; empresas cujos dirigentes façam parte do quadro de servidores da Universidade de São Paulo; aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão temporária ou impedimento do direito de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto Estadual nº 48.999/2004, e as cooperativas que se encontrem sob a vedação do Decreto Estadual nº 55.938/2010.

3. DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

3.1. O VALOR DA PROPOSTA do serviço cotado deverá ser registrada por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br opção **"PREGAO - ENTREGAR PROPOSTA"**, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a Licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. A proposta comercial a ser apresentada pela licitante autora da proposta de menor preço durante a fase de aceitabilidade de preço, quando solicitado pelo Sistema BEC, deverá conter os elementos a seguir, observado o modelo disponibilizado no **ANEXO - "PROPOSTA COMERCIAL"**:

a) Descrição do(s) produto(s) e/ou serviço(s) ofertado(s), com indicação de procedência, marca e modelo, quando pertinente, observadas as especificações constantes do **ANEXO - "DESCRIÇÃO DO OBJETO"**;

b) Preços unitários e totais, por item, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

b.1) No preço unitário deverá ser considerada a isenção do ICMS prevista no art. 55, do Anexo I, do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços, do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto nº 45.490/2000, ou seja, sem a carga tributária do ICMS;;

b.2) O valor equivalente à isenção do ICMS a que se refere o art. 55, do Anexo I, do mencionado Regulamento, obrigatoriamente, deverá ser indicado no respectivo documento fiscal por ocasião do pagamento, e não se aplica ao caso de imposto já retido antecipadamente por sujeição passiva por substituição (previsto no § 4º do mesmo artigo), e nos casos de empresas cujo documento fiscal de venda é emitido fora do Estado de São Paulo.

c) Ainda, deverão ser considerados para elaboração da proposta os seguintes prazos.

c.1) **Prazo de execução do(s) serviço(s)** conforme estabelecido na cláusula - Da Vigência do Anexo - Minuta do Contrato, podendo ainda ser estabelecido cronograma a critério da Administração;

c.2) **Prazo de validade** da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da realização do Pregão Eletrônico;

c.3) **Prazo de garantia** não inferior **ao estabelecido no ANEXO - "DO OBJETO"**.

3.3. Não se admitirá oferta de quantidade diversa ou que não contemple a integralidade do **item** disputado.

3.4. A proponente que não se interessar por todos os **itens** poderá encaminhar a Proposta Eletrônica apenas para os que pretenda disputar quando houver.

3.5. As Licitantes arcarão com todos os custos relativos à elaboração de suas propostas, não recaindo sobre a **Universidade de São Paulo** quaisquer ônus de caráter indenizatório, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

3.6. A visita técnica é facultativa. Recomenda-se que a Licitante visite o(s) local(is)/a(s) localidade(s) dos serviços, o que deverá ocorrer com anterioridade à sessão pública, para inteirar-se de todos os aspectos referentes à sua execução. Para todos os efeitos, considerar-se-á que a Licitante tem pleno conhecimento da natureza e do escopo dos serviços. Não poderá a Licitante alegar posteriormente a insuficiência de dados e/ou informações sobre o(s) local(is)/a(s)localidade(s) e as condições pertinentes ao objeto do contrato.

3.6.1. As visitas poderão ser realizadas por qualquer responsável indicado pela Licitante, que poderá contatar a USP através dos dados constantes do **ANEXO - TABELA PARA CONTATOS.**

3.6.2. Para essa visita não será emitido Atestado de Vistoria pela Administração.

4. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

4.1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

4.2. **Para o julgamento será adotado o critério de menor preço global por item, observadas as condições definidas neste edital.** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda aos prazos, especificações, quantidades e condições fixados no Edital;

b) contiverem vícios;

c) apresentarem qualquer documento em desacordo com as exigências contidas neste edital;

d) com preços manifestamente inexequíveis;

e) que apresentarem preços, ofertas ou vantagens baseados exclusivamente em proposta das demais Licitantes;

f) que, por ação da Licitante ofertante quando do registro da proposta na forma do subitem 3.1., contenham elementos que permitam a sua identificação.

g) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.

4.2.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada pelo Pregoeiro e registrada no sistema, com o acompanhamento em tempo real.

4.2.2. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

4.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

4.4. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

4.4.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

4.4.1.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria Licitante ofertante, observada, em ambos os casos, o valor minimo de redução entre lances, conforme **ANEXO: "REDUÇÃO DE LANCES"**, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

4.4.1.1.1. O valor mínimo de redução entre os lances incidirá sobre o valor **global** do **preço do item** em disputa.

4.4.2. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

4.4.2.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem 4.4.2. ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

4.4.2.1.1. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem 4.4.2.1., a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

4.4.3. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

4.4.4. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 4.4.2..

4.5. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

4.5.1. Para essa classificação será considerado o último preço admitido de cada Licitante.

4.6. Com base na classificação a que alude o subitem 4.5. deste item, será assegurada às Licitantes microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual (MEI) e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, para fruição dos benefícios da lei complementar nº. 123/2006, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

4.6.1. A microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal n° 11.488/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

4.6.1.1. A convocação recairá sobre a Licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 4.6.1..

4.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual (MEI) e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal n° 11.488/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 4.6.1..

4.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 4.5. , seja microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal n° 11.488/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

4.6.4. Sempre que a proposta melhor classificada for afastada e houver necessidade de exame da oferta subsequente, observada a ordem de classificação de que trata o subitem 4.5, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto para concessão do direito de preferência, nos termos do subitem 4.6. e subitens.

4.7. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 4.6.1. e 4.6.2., ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 4.5., mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

4.8. Encerrada a etapa de negociação, alcançada a melhor oferta, quando solicitado pelo Sistema, a licitante autora da proposta de menor preço deverá, no prazo de trinta minutos, **encaminhar um arquivo único, insubstituível,** contendo os seguintes documentos:

a) **Proposta Comercial**, conforme modelo disponibilizado no **Anexo "PROPOSTA COMERCIAL"**, a qual deverá conter os elementos indicados no item 3.2. deste edital, observada a oferta de menor preço alcançada na fase de negociação;

b) Documentos complementares, relacionados no Anexo **"DOCUMENTOS DA PROPOSTA"**, se houver.

4.8.1. Desde que devidamente justificado pela proponente, o prazo supra poderá ser prorrogado por até 2 dias úteis, a critério do Pregoeiro, para que a licitante providencie o arquivo para apresentação no Sistema BEC, ficando, na hipótese de prorrogação, a sessão pública suspensa.

4.9. Em caso de divergência entre os valores consignados no arquivo indicado no subitem 4.8. deste item 4., e os valores lançados na fase de Negociação, prevalecerão os de menor valor.

4.10. O saneamento de falhas e/ou inconsistências no preenchimento da Proposta Comercial, quando possível, será tratado diretamente no chat.

4.10.1. Será permitido o saneamento do **ANEXO "PROPOSTA COMERCIAL"**, apresentado em cumprimento ao subitem 4.8. deste item 4., desde que atendidas as seguintes condições:

a) não haja modificação, para maior, do valor final da proposta;

b) não haja alteração das características do objeto licitado e, quando pertinente, da marca e modelo registrados por meio eletrônico conforme subitem 3.1. do item 3.

4.10.2. O Pregoeiro poderá solicitar, para conferência, a apresentação da versão saneada da **PROPOSTA COMERCIAL** e eventuais documentos complementares relacionados no Anexo **"DOCUMENTOS DA PROPOSTA"**, os quais deverão ser encaminhados para o e-mail indicado no preâmbulo do Edital no prazo de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por, no máximo, 30 (trinta) minutos.

4.10.3. Visando tornar público os documentos saneados, depois de encerrada a fase de análise da aceitabilidade e iniciada a fase de habilitação, a Proponente deverá encaminhar a Proposta Comercial e os eventuais documentos complementares pelo Sistema BEC - funcionalidade "anexo de documentos", juntamente com os documentos de habilitação, na forma prevista no subitem 5.1. "c" deste Edital.

4.11. Após saneamento da **PROPOSTA**, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da oferta de menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados neste item 5.;

b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos neste item 5., o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;

b.1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo

impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) A Licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, através da funcionalidade **"anexo de documentos"** disponível no Sistema da BEC.

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b", ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 5.1., ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a Licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante na alínea "c", deverão ser apresentados no endereço constante no preâmbulo deste Edital, **em até 02 (dois) dias úteis**, durante a fase de habilitação, na forma prevista do item **6. - OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**, sob pena de inabilitação e aplicação das penalidades cabíveis;

f) Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual (MEI) ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488/2007, não será exigida comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 5.2.2., ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a Licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;

h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da Licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico.

5.2. A habilitação compreenderá a exigência dos documentos relacionados nos subitens 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, 5.2.4 e 5.2.5..

5.2.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

5.2.1.1. Para a habilitação jurídica das Licitantes, exigir-se-á:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária ou cooperativas;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Registro de sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971, no caso de Cooperativas.

5.2.2. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

5.2.2.1. Para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das Licitantes exigir-se-á:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes **Estadual** e/ou **Municipal**, de acordo com seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame, relativo ao estabelecimento da Licitante que ficará responsável pela execução do contrato;

c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991; **Estadual** (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa) em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens, e **Municipal** (Certidão de Tributos Mobiliários) no caso de serviços, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei com prazo de validade em vigor.

c.1) No caso de isenção ou de não incidência dos impostos devidos à Fazenda Estadual ou Municipal, deverá, a Licitante apresentar declaração elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, atestando tal fato, sob as penas da lei.

d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS-CRF**);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

e.1) Fica a Licitante vencedora ciente que, mesmo detentora de **RC** ou **RCS** válidos ou com a citada certidão válida, quando da solicitação dos Documentos de Habilitação, poderá ser novamente consultada a situação de regularidade perante os Débitos Trabalhistas **(CNDT).**

5.2.3. **QUALIFICAÇÂO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

5.2.3.1. Para a qualificação econômico-financeira das Licitantes exigir-se-á:

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

a.1) Se a Licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a", deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

a.2) Para fins da comprovação acima, entende-se por sede o principal estabelecimento da empresa (a matriz).

a.3) Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

5.2.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

5.2.4.1. Para a qualificação técnica das Licitantes exigir-se-á:

a) Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica da licitante, emitida por Conselho ou Entidade Profissional competente, **quando a atividade assim o exigir.**

b) A apresentação de atestado(s) de bom desempenho anterior, expedido(s) por entidade(s) pública(s) ou privada(s) usuária(s) do serviço, comprovando a execução de contrato de mesma natureza, relativo a objeto pertinente e compatível com o desta licitação.

b.1) O(s) atestado(s)deverá(ão)conterasseguintes informações:

- Identificação da entidade emitente, com razão social, CNPJ, endereço completo e dados para contato;

- Descrição dos bens e serviços fornecidos;

- Assinatura e identificação da pessoa física responsável pela emissão (nome completo e cargo exercido na entidade);

- Data e local de emissão.

b.2) Os atestados de desempenho anterior podem referir-se a contratos executados pela matriz e/ou por filial da empresa licitante.

5.2.5. **OUTRAS COMPROVAÇÕES**

5.2.5.1. Para a habilitação das Licitantes exigir-se-á também:

a) Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere à observância do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos do modelo constante do **ANEXO - "DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA"**.

b) Declaração de atendimento às normas relativas à saúde e segurança no trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo, nos termos do modelo constante do **ANEXO - "DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO"**.

5.3. **DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

5.3.1. **Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração considerará que são válidas por 6 (seis) meses a contar da data de emissão.**

5.3.2. Os documentos apresentados para comprovar as condições de habilitação deverão referir-se ao(s) estabelecimento(s) (matriz e/ou filial) que executará(ão) o objeto do contrato, ressalvados os documentos que, pela própria natureza, abranjam ambos os estabelecimentos (matriz e filiais).

5.3.3. O **RC** do **CAUFESP**, em plena validade na data marcada para o processamento do Pregão, substitui os documentos enumerados nos subitens **5.2.1** (exceto letra "f"), **5.2.2**, **5.2.3**, **5.2.5**. Obrigatoriamente, deverá ser apresentado o restante da documentação prevista no subitem **5.2.4**.

5.3.4. O **RCS** do **CAUFESP**, em plena validade na data marcada para o processamento do Pregão, substitui os documentos enumerados nos subitens **5.2.1** (exceto letra "f") e **5.2.2.**. Obrigatoriamente, deverá ser apresentado o restante da documentação prevista nos subitens **5.2.3** , **5.2.4** e **5.2.5.**

5.3.5. A Licitante detentora do **RC** ou do **RCS** do **CAUFESP** cuja validade não se encontrar vigente em sua totalidade, ou seja, que apresente algumas certidões vencidas poderá utilizá-lo nesta Licitação, porém esse somente substituirá os documentos nele vigentes e correspondentes ao tipo de Registro Cadastral apresentado (**RC** ou **RCS** do **CAUFESP**). Neste caso, as certidões indicadas como vencidas deverão ser apresentadas devidamente atualizadas e vigentes, por meio da funcionalidade "anexo de documentos".

5.3.6. A Licitante habilitada nas condições da alínea "f", do subitem 5.1 deste item 5, deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.3.7. A comprovação de que trata o subitem 5.3.6. deste item 5 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a Licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5.3.8. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do subitem 5.1.deste item 5, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 5.3.7., para que a Licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista de que tratam o subitem 5.3.6.

5.3.9. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que tratam o subitem 5.3.6. deste item 5, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no subitem 5.3.7.

5.3.10. Se a Licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 5.3.6. a 5.3.7., deste item 5, o Pregoeiro verificará novamente a ocorrência de empate ficto para concessão do direito de preferência, nos termos do subitem 4.6 do item 4, negociará com o autor da oferta de menor preço, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim

sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1. A Licitante vencedora deverá, durante a fase de habilitação e após solicitado pelo Pregoeiro, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, entregar diretamente no endereço constante no preâmbulo deste Edital os seguintes documentos:

6.1.1. **PROPOSTA COMERCIAL** assinada, tal como foi encaminhada nos termos do item 4.8, incorporadas as correções eventualmente feitas nos moldes do item 4.10.

6.1.2. **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** relacionados nos subitens 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, 5.2.4 e 5.2.5.

6.1.2.1. Fica dispensada a entrega dos documentos substituídos pelo **RC** ou **RCS** do **CAUFESP em plena validade, conforme subitens 5.3.3 e 5.3.4**, bem como dos disponibilizados pela Internet, e cuja autenticidade puder ser verificada via consulta no site correspondente.

6.1.3. O **ANEXO - "DECLARAÇÃO DE REPARO/TROCA EM GARANTIA"** , quando solicitado, além de documentos complementares à proposta e outros encaminhados durante a sessão publica.

7. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Divulgado o vencedor ou, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos subitens 5.3.6. a 5.3.9. do item 5., ou, ainda, se for o caso, encerrado o julgamento da habilitação, o Pregoeiro informará às Licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, o campo próprio disponibilizado no sistema.

7.2. Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem 7.1. deste item 7., o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

7.2.1. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br, opção RECURSO. A eventual apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, cuja anexação por meio eletrônico não seja possível, será efetuada mediante protocolo, no (a) **Expediente/Protocolo** da(o) **Escola de Educação Física e Esporte** no horário e endereço abaixo especificado, observados os prazos estabelecidos no subitem 7.2, deste item.

Av.Prof.Mello Morais, 65 - Administração - Bloco A - Térreo - sala 30 - Butantã - São Paulo - SP - CEP: 05508-030 - Fone: (011) 3091-3093
Horário: das 08:30 às 16:30 horas.
Segunda a sexta-feira.

7.3. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

7.5. A falta de interposição na forma prevista no subitem 7.1. deste item importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

7.6. A adjudicação será feita por **item**.

8. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. À Licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

8.2. A desconexão do sistema eletrônico do Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá, quando reestabelecida a conexão, ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às Licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas Licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

8.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer Licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura do termo de contrato, cuja respectiva minuta integra este edital como **ANEXO - "MINUTA DE CONTRATO".**

9.1.1. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 9.1.1. deste item 9., mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

9.2. Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitem 5.3.6. do item 5. ou, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 9.1.1. deste item 9., ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

9.2.1. Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

9.2.2. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) e veiculação nos endereços eletrônicos **www.usp.br/licitacoes**, **www.bec.sp.gov.br** e **www.imprensaoficial.com.br**, opção "e-negociospublicos".

9.2.3. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 4.5. a 4.11. do item 4. e subitens 7.1. a 7.6. do item 7., todos deste Edital.

9.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa por inexecução, no importe de 20% (vinte por cento) do valor de sua proposta, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, da Resolução USP nº 7601/2018.

9.4. A USP consultará, nos termos do artigo 6º, incisos I e II da Lei Estadual nº 12.799/2008, c.c. artigo 7º incisos I e II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008, o Cadin Estadual, como condição para celebração do contrato e para repasse do valor correspondente ao pagamento.

9.4.1. A existência de Registro no Cadin Estadual constitui impedimento para a realização dos atos acima descritos.

9.5. No ato da assinatura do Contrato a Adjudicatária deverá:

9.5.1. Comprovar os poderes do representante da Adjudicatária para assinar contratos, mediante apresentação da Ata de Eleição da última Diretoria ou Contrato Social atualizado e, em se tratando de procurador, a Procuração.

9.5.2. Indicar formalmente preposto para representá-la durante a gestão contratual.

9.5.3. Caso seja vencedora do Certame, a Cooperativa de Trabalho deverá indicar o gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante a Contratante.

9.6. A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o termo de contrato. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

9.6.1. Preferencialmente, a assinatura do contrato dar-se-á pelo portal de assinatura digital ASSINA.SP.

9.6.1.1. Para a utilização do referido portal, o usuário deverá se autenticar com um certificado digital do tipo e-CPF (e-PF) ou e-CNPJ (e-PJ) emitido na cadeia da ICP-Brasil, bem como observar os procedimentos detalhados na página eletrônica do portal Assina.SP.

10. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. A execução dos serviços objeto desta licitação deverá observar os prazos e demais condições de recebimento do objeto, descritas na Cláusula Segunda do **ANEXO - MINUTA DE CONTRATO.**

11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. A vigência do contrato será realizado em conformidade com o que dispõe a Cláusula Sexta do **ANEXO - MINUTA DE CONTRATO.**

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado em conformidade com o que dispõe a Cláusula Oitava do **ANEXO - MINUTA DE CONTRATO.**

13. DO REAJUSTE

13.1. O reajuste será realizado em conformidade com o que dispõe a Cláusula Nona do **ANEXO - MINUTA DE CONTRATO.**

14. DA GARANTIA FINANCEIRA

14.1. A Garantia Financeira será exigida em conformidade com o que dispõe a Cláusula Décima do **ANEXO - MINUTA DE CONTRATO.**

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da **CONTRATANTE**, de conformidade com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 da Lei Estadual nº 10.320/1968, de acordo com a dotação orçamentária: Classificação Funcional Programática **12.122.1043.6351** - Classificação de Despesa Orçamentária **3.3.90.39.00**.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, aquele que praticar quaisquer dos atos ali previstos ficará impedido de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo e será descredenciada no CAUFESP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

16.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá, ainda, ser aplicada juntamente com as demais penalidades previstas na Resolução USP nº 7601/2018, que integra este Edital e está disponível no seguinte endereço: http://www.leginf.usp.br.

16.3. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

16.4. O procedimento administrativo garantirá o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Resolução USP nº 7601/2018.

16.5. As sanções aplicadas pela Administração serão registradas no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br; no Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O presente Edital, seus Anexos e a proposta da Licitante vencedora integrarão o Contrato, independentemente de transcrição.

17.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem elaboradas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, observado o disposto no artigo 14, inciso XIII, da Resolução CC-52/2009, com a redação dada pela da Resolução CC-27/2006.

17.3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das Licitantes, para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais até a etapa de habilitação.

17.4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos **www.usp.br/licitacoes** e **www.bec.sp.gov.br** - opção "pregaoeletronico" e **www.imprensaoficial.com.br**, opção "enegociospublicos".

17.5. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

17.5.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, serão formuladas em campo próprio do sistema, encontrado na opção EDITAL.

17.5.2. As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo pregoeiro, no prazo de até 01 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública, e serão disponibilizados nos seguintes endereços eletrônicos: **www.bec.sp.gov.br e www.usp.br/licitacoes.** É de responsabilidade dos interessados acompanhar as publicações.

17.5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

17.6. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer etapa da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar ou ter sido providenciado no ato da sessão pública.

17.7. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

17.8. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a USP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.9. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer etapa da licitação.

17.10. A Licitante que vier a ser contratada, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.11. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as Licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.12. Os casos omissos no presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Contratações Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda.

17.13. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de São Paulo, em uma das suas Varas da Fazenda Pública, por mais

privilegiado que outro seja..

17.14. Integram o instrumento convocatório, conforme o caso:

ANEXO I - DESCRIÇÃO DO OBJETO
ANEXO II - REDUÇÃO DE LANCES
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE REPARO/TROCA EM GARANTIA
ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO
ANEXO VII - TABELA PARA CONTATOS
ANEXO VIII - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

São Paulo, ... de ..... de 2023

.....
Prof(a). Dr(a). Umberto Cesar Correa
Diretor de Unidade de Ensino

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO I
DESCRIÇÃO DO OBJETO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE

Não serão aceitos, sob quaisquer pretextos, serviços que não atendam aos requisitos preestabelecidos. Assim as empresas que cotarem deverão estar cientes das especificações de seus serviços;

MEMORIAL DESCRITIVO

1. **OBJETO**

Manutenção preventiva, corretiva e emergencial em equipamentos geradores de energia a diesel, estacionários, conforme abaixo:

Equipamento 1

Grupo gerador marca **Olympian**

Potência: 36/40 KVA

Voltagem: 220x127V

Motor: Perkins modelo 1104 A-44G- Silenciada Automática

Equipamento 2

Grupo gerador marca **Integgral**

Potência Emergência (Kva/Kw): 100/80

Potência Contínua (Kva/Kw): 82/65

Voltagem: 220x127V

Motor: Perkins modelo 1104 A – 44TG2

Obs1: Os equipamentos descritos são utilizados somente em casos de falta de energia, contudo, é necessário que estejam em pleno funcionamento, pois são essenciais para a continuidade de

pesquisas envolvendo material biológico, de modo que as amostras não podem sofrer nenhum comprometimento. **Nesse sentido, é imprescindível que a(s) proponente(s) comprove(m) atendimento prévio a locais onde são realizadas pesquisas com material oriundo de coleta biológica.** Isso se faz necessário em função de experiência anterior, em que a Administração se viu fragilizada pela falta de *expertise* da contratada para lidar com esse tipo de demanda, o que comprometeu o atendimento e quase provocou prejuízos incalculáveis para alunos, pesquisadores e docentes, evitando a recorrência desse tipo de situação.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Manutenção Preventiva

2.1.1. Nas visitas mensais, doravante denominadas de "**visitas preventivas**" a **CONTRATADA** deve promover a verificação de todos os itens descritos no Anexo II – Relatório de Visita.

2.1.2. As visitas denominadas de "Preventivas" deverão ser agendadas, em horário comercial (tel.: 3091-8737, com Sr. Ronaldo). Após cada visita, haverá emissão de Atestado de Visita (Anexo I) e Relatório de Visita (Anexo II), assinado pelo responsável que a acompanhou, funcionário este que deverá pertencer ao quadro efetivo da EEFE – USP, e pelo técnico da empresa que efetuou a visita.

2.1.3. As visitas preventivas deverão ocorrer obrigatoriamente no período compreendido entre o dia primeiro e dia vinte e cinco de cada mês, em horário comercial.

2.1.4. Os serviços de manutenção preventiva, relacionados no Anexo II, deverão obrigatoriamente ser executados, não se tornando, entretanto, fator impeditivo ou restritivo para a realização de outros trabalhos, verificações, testes, etc., que a **CONTRATADA** julgue necessários para propiciar a perfeita operação e segurança do sistema.

2.1.5. Os detalhes das manutenções preventivas estão orientados no ANEXO III - PLANO MÍNIMO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA deste memorial. Entretanto, estas orientações não isentam a CONTRATADA de efetuar outros ajustes e manutenções que julgue adequado e necessário.

2.2. Manutenção Corretiva

2.2.1. Consiste nos serviços para corrigir as causas e efeitos de ocorrências constatadas nas instalações, a fim de promover o retorno das mesmas às condições normais de funcionamento.

2.2.2. Em caso de necessidade, em qualquer momento e sem limite de chamados, a CONTRATANTE acionará a CONTRATADA para ações corretivas, cujas visitas não poderão ser classificadas como "visitas preventivas" e sim como "visitas corretivas", devendo ocorrer em ocasiões distintas das "visitas preventivas". Por ocasião das visitas corretivas, também haverá emissão de Atestado de Visita (Anexo I) e do Relatório de Visita (Anexo II).

2.3. Manutenção Emergencial

2.3.1. Caracteriza-se pela premência da execução de serviços **necessários e inadiáveis** objetivando eliminar problemas oriundos de ocorrências que, de alguma forma, possam comprometer o funcionamento de sistemas essenciais da unidade.

2.3.2. Incluem-se ainda nestes serviços, gestões, reparos e consertos que possam sanar situações de risco relacionadas às redes de energia elétrica e que, por conseguinte, possam comprometer o perfeito funcionamento dos laboratórios e freezers da Unidade.

2.3.3. **A CONTRATADA deverá providenciar o atendimento no máximo em 2 (duas) horas** – inclusive aos sábados, domingos, feriados e fora do horário comercial. – devendo, para tanto, dispor de equipe técnica de plantão. O não atendimento, neste item, implicará nas sanções contratuais previstas. Ressaltamos que o período máximo é fixado em **2 horas** em razão da segurança biológica das amostras coletadas, acima desse prazo haverá degradação do material armazenado.

3. PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

3.1. Os materiais e peças nas manutenções corretivas, serão pagos à parte do contrato.

3.2. Executar os serviços obedecendo ao disposto neste Termo de Referência, nas instruções da CONTRATANTE e dos fabricantes do equipamento e dos materiais utilizados, na boa técnica e na legislação e normas pertinentes. No caso de apontamento de falhas, a CONTRATADA deverá tomar prontamente as providências necessárias à correção.

3.3. Relatar à fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução dos serviços, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE, especialmente se representar risco para o patrimônio público ou pessoas.

3.4. Executar os serviços que impliquem em desligamentos do equipamento, e outros que possam comprometer o funcionamento normal da CONTRATANTE somente em horário pré-estabelecido pela fiscalização da EEFE.

3.5. Executar todos os testes de segurança especificados nos manuais técnicos do equipamento.

3.6. Disponibilizar o aparelhamento técnico adequado para a prestação dos serviços, assim como todas as ferramentas e instrumentos eletrônicos de medição necessários, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE.

3.7. Na hipótese de haver troca de peças ou materiais, fornecer garantia das mesmas pelo período estabelecido pelo fabricante. Caso o fabricante não discrimine o período de garantia, essa deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses.

3.8. Responsabilizar-se pela retirada dos materiais substituídos, inclusive baterias, dando lhes destino adequado conforme disposições legais.

3.9. Adotar boas práticas de otimização de recursos e redução de desperdícios, visando menor poluição, tais como:

a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/ poluentes.

b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

c) Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/ poluição.

3.10 Os serviços deverão ser, necessariamente, realizados na presença de funcionário designado pela **CONTRATANTE**.

4. CORPO TÉCNICO E FUNCIONAL

4.1. Executar os serviços de manutenção através de profissionais de qualificação adequada ao tipo de serviço que estiver sendo realizado. O grupo moto gerador é composto de 02 (duas) partes, sendo uma elétrica (QTA, chocote relés) e a outra mecânica (motor), portanto, em conformidade com as atribuições do CONFEA, essas são atividades desenvolvidas pelos profissionais graduados em engenharia elétrica e mecânica.

4.2. Identificar os seus empregados através de crachás contendo foto recente, nome e função e exigir seu uso em local visível.

4.3. Orientar os seus empregados de que não poderão se retirar dos prédios ou instalações da Contratante, portando volumes ou objetos, sem a devida autorização e liberação do representante da CONTRATANTE.

4.4. **Com relação ao corpo técnico, a empresa deverá apresentar a relação de funcionários de seu quadro efetivo que ocupem a função específica para a prestação do serviço ora contratado. Isso se faz necessário, pois a Administração não pode estar sujeita a aguardar o deslocamento de uma equipe composta de uma única pessoa que, às vezes, pode estar em distâncias inapropriadas a eventuais atendimentos de emergência, conforme cláusula 2.3.3.**

5. AVALIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE BATERIAS

5.1. A avaliação da vida útil das baterias, do sistema de carga e partida deverá ser feita mediante aparelho específico a essa finalidade, com dispositivo integrado para impressão do relatório técnico avaliativo. Não serão admitidas inspeções visuais. Caso o prestador insista em realizar o serviço dessa forma, este será considerado como "obrigação contratual não cumprida", sujeito às penalidades cabíveis.

5.2. Quando houver a necessidade de troca de baterias (seja na manutenção preventiva ou corretiva) estas deverão ser objeto de processo específico de compra pela CONTRATANTE.

5.3. Mesmo no caso de as baterias serem adquiridas de outro fornecedor, caberá à contratada proceder a instalação das baterias.

5.4. Deverá ser utilizado o equipamento BAT 135(Bosch) nas manutenções mensais com a impressão e entrega à administração de cópia do respectivo relatório técnico das baterias.

6. SUBSTITUIÇÕES DE ÓLEO E FILTROS

6.1. Será de responsabilidade da contratada a substituição e fornecimento do óleo e de todos os filtros do gerador, respeitando as especificações técnicas do fabricante de cada equipamento. Esta troca ocorrerá uma vez ao ano ou a cada 250 horas de funcionamento dos geradores.

6.2. Caso um dos geradores necessite de mais de uma troca por ano, o material utilizado a partir da segunda troca será responsabilidade da CONTRATANTE fornecer.

7. LEGISLAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

7.1. Na condução e execução dos serviços deverão ser rigorosamente observadas as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, as Normas Técnicas ABNT, os catálogos técnicos dos fabricantes, bem como as determinações dos poderes públicos mantendo os locais dos serviços

sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina nos termos das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, além de executar os serviços de acordo com as boas práticas de segurança, de conservação de energia e de preservação do meio ambiente, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução.

7.2. Da Legislação e Normas vigentes, destacamos sem minimizar todas as outras não citadas:

NR 10 Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

NR 11 Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;

NBR 5410 Instalações Elétricas em Baixa Tensão;

NBR 7256 Tratamento de Ar em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;

NBR 12188 Sistemas centralizados de oxigênio, ar, óxido nitroso e vácuo para uso medicinal em estabelecimentos assistenciais de saúde;

NBR 12779 Inspeção, Manutenção e Cuidados em Mangueiras de Incêndio;

NBR 12962 Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio;

NBR 13413 Controle de Contaminação de Áreas Limpas;

NBR 13700 Áreas Limpas – Classificação e Controle de Contaminação;

RDC 50 RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002;

RE nº009 Resolução – RE nº 009 de 16 de janeiro de 2003 – ANVISA;

Lei nº6437 Lei Federal nº 6437 de 20 de janeiro de 1977 – Legislação Sanitária Federal;

Lei n°10.348 Dispõe sobre instalação e funcionamento de elevadores e outros aparelhos de transporte, e dá outras providências;

Port. nº3523 Portaria nº 3523, de 28 de agosto de 1998 – Legislação Sanitária Federal.

8. OBSERVAÇÕES DE ORDEM GERAL E CAPACITAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA

8.1. Toda vez em que existirem paradas programadas no sistema Eletropaulo/USP, a **CONTRATANTE** irá acionar a **CONTRATADA** para realização de teste de funcionamento do Grupo gerador, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

8.2. O abastecimento com diesel será por conta da CONTRATANTE.

8.3. Por ocasião da substituição de peças, as mesmas devem ser deixadas no local com o responsável da Unidade, indicado pela **CONTRATANTE**.

8.4. Serão de responsabilidade da **CONTRATADA** o reparo e substituição de peças e/ou equipamentos, resultantes de atos culposos seus ou de seus prepostos.

8.5. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento e uso de EPI's de seus funcionários.

8.6. Eventuais dúvidas que surgirem deverão ser apreciadas conjuntamente com a fiscalização da EEFE.

8.7. Caso sejam constatados defeitos comprovadamente oriundos de materiais de baixa qualidade ou falhas de execução caberá à CONTRATADA efetuar as correções necessárias, assumindo todas as despesas decorrentes.

8.8. Se a contratada deixar de atender imediatamente às instruções para corrigir qualquer serviço ou proposta de orçamento considerado insatisfatório ou abusivo, a EEFE reserva-se o direito de fazer as correções ou solicitar propostas diretamente ou por contrato com terceiros, cobrando as despesas da contratada.

8.9. A CONTRATADA cuidará para que não sejam obstruídos os serviços de terceiros. Caso haja necessidade de executar algum tipo de serviço que possa vir a causar algum transtorno a terceiros, a mesma deverá encaminhar, oficialmente, um pedido, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, ao fiscal da CONTRATANTE.

8.10. Parte dos serviços que obrigam o corte de energia elétrica, somente poderão ser executados aos domingos e feriados e, para tanto, deverá haver entendimentos com a fiscalização da EEFE em tempo hábil para a divulgação e reorganização da agenda dos laboratórios da Unidade.

8.11. A fiscalização dos serviços pelo fiscal da CONTRATANTE, em nada eximirá a contratada das responsabilidades assumidas.

8.12. Todos os funcionários deverão usar os equipamentos de segurança individuais e coletivos, de acordo com a necessidade de cada serviço, obedecendo assim rigorosamente às normas regulamentadoras pertinentes.

8.13. Os locais deverão ser devidamente sinalizados visando à segurança dos usuários e veículos da USP, bem como a sua passagem nos locais.

8.14. Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação, pela contratada, dos comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, e outras comprovações de regularidade trabalhista que a CONTRATADA julgar necessário.

8.15. A empresa contratada será responsável por qualquer dano que venha a causar ao patrimônio da Universidade de São Paulo e a terceiros, na forma da lei.

8.16. O(s) Atestado(s) de Capacidade técnica em nome da(s) proponente(s) e seus responsáveis técnicos que comprovem a prestação de serviço anterior.

Localização dos equipamentos:
Av. Professor Mello Moraes, 65 – Lateral do Bloco C – Escola de Educação Física e Esporte – USP.

8.16 O(s) Atestado(s) de Capacidade técnica em nome da(s) proponente(s) e seus responsáveis técnicos que comprovem que comprovem a prestação de serviço anterior, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo que cada um deles deverá ser equivalentes às características e quantidades, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, , desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50 à 60%, sendo aceito o somatório dos atestados para a comprovação da execução pretendida, confirme inciso II, do artigo 30 da Lei 8666/93, com o objeto da licitação abrangendo os seguintes itens:

- **Manutenção em sistemas de transferência automáticas de cargas (geração a diesel) e limpeza de tanque de combustível; (mínimo de 84KVA)**

- **Manutenção em motores a diesel. (Mínimo de 84KVA)**

8.17 Apresentar Certificado de Acervo Técnico (CAT) expedido pela entidade competente (CREA/CONFEA) correspondente aos atestados e aos profissionais de engenharia Elétrica e Mecânica (O grupo moto gerador é composto de 02 (duas) partes, sendo uma elétrica e a outra mecânica, portanto, em conformidade com as atribuições do CONFEA, será necessário que a empresa tenha em seu quadro funcional um engenheiro elétrico e um engenheiro mecânico.)

8.18. Somente serão aceitos atestados expedidos para, pelo menos, um ano de contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, cujo escopo atenda ao objeto licitado.

9. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

9.1. Os freezers -80ºC e ultra freezers da EEFE_USP necessitam de sala com refrigeração e temperatura adequada para seu bom funcionamento. É imprescindível que o freezer esteja ligado a um sistema com geradores de energia. Nesses freezers são armazenadas amostras de sangue, saliva, urina e tecidos tanto de animais de experimentação em pesquisa como de humanos. Essas amostras são utilizadas em pesquisas de docentes, pesquisadores em estágio de pós-doutoramento e alunos de graduação e pós-graduação para fins de pesquisa e produção de conhecimento científico. As amostras não podem sofrer variações muito grandes de temperatura, pois podem degradar e a perda das mesmas trará prejuízos incalculáveis em materiais coletados ao longo de vários anos, assim como materiais de teses e dissertações, dentre outros. Nesse sentido, o bom funcionamento dos freezers é imprescindível para o andamento das pesquisas científicas que utilizam material congelado na Unidade.

Anexo I do Memorial Descritivo: Atestado de visita

Contrato nº XXXX/XXXX
Processo nº: XXXX.X.XXX.XX.X

"ATESTADO DE VISITA"

A empresa _____ realizou visita na presente data, para execução de serviços de conservação e manutenção de dois Grupo Geradores instalados na Escola de Educação Física e Esporte – USP.

Tipo da visita ( ) preventiva / mensal

(.....) corretiva / eventual

Observações:

_____
_____
_____
_____
_____
_____

Data _____/_____/_____

_____
Técnico da USP
Nome:

_____
Técnico da empresa
Nome:
RG:

Anexo II do Memorial Descrito: Relatório de Visita

MENSAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Verificação do nível de óleo lubrificante												
Verificação do nível de líquido de arrefecimento												
Verificação do nível de combustível												
Verificação das correias (tensioná-las se preciso)												
Verificação da existência de vazamentos												
Limpeza geral do equipamento												
Verificação do estado de todas as mangueiras e mangotes												
Drenagem do filtro separador												
Drenagem do tanque de combustível												
Verificação do nível de eletrólito das baterias												
Verificação do filtro de ar												
Medição da tensão e freqüência do gerador												
Medição da tensão de bateria												
Verificação do funcionamento do carregador de baterias												
Verificação do funcionamento alternador carregador de baterias												
Verificação do funcionamento dos instrumentos, sinalizações e ajustes dos sensores												
Verificação dos circuitos de força e comando (maus contatos e aquecimentos)												
Verificação do funcionamento em vazio												
Responsável USP												

VISTO

SEMESTRAL	**Data**	**Data**
Substituição do óleo lubrificante		
Substituição dos filtros de óleo lubrificante		
Substituição dos filtros de combustível		
Verificação da proteção por baixa pressão do óleo		
Verificação da proteção por alta temperatura da água		
Verificação da proteção de baixo nível de líquido de arrefecimento		
Verificação da proteção pelo botão de emergência		
Verificação de funcionamento em automático e teste com carga		
Verificação dos painéis de transferência		
Ensaio de Termografia		
Responsável USP		

ANUAL	***Data***
Re-aperto das conexões de escape	
Re-aperto das conexões dentro do alternador	
Re-aperto dos parafusos dos suportes e dos coxins	
Re-aperto dos parafusos dos suportes do radiador	
Re-aperto das conexões e abraçadeiras das mangueiras e mangotes	
Responsável USP	

	Data	**Data**
Substituição dos filtros de ar se necessário, devendo ser analisado pelo técnico da unidade		
Substituição do líquido de arrefecimento com colocação de aditivo se necessário, devendo ser analisado pelo técnico da unidade		

VISTO

ANEXO III DO MEMORIAL DESCRITO

PLANO DE MANUTENÇÃO

1. PLANO MÍNIMO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A Contratada executará as atividades de manutenção preventiva dos geradores objetos deste Plano de Manutenção, compreendendo no mínimo o seguinte:

1.1 MOTOR DIESEL

- Verificação da passagem de combustível pelos elementos filtrantes, limpando ou substituindo quando necessário.
- Limpeza ou substituição do filtro de ar (quando necessário)
- Verificação da resistência do pré-aquecimento
- Verificação do nível de água do radiador
- Verificação do nível de combustível
- Verificação do nível de óleo do cárter, completando-o, quando necessário
- Verificação do funcionamento da bomba injetora
- Verificação de vazamentos de água, óleo ou combustível.
- Reaperto de polias e tensão das correias
- Verificação de atuação de pressostato de baixa pressão de óleo
- Verificação da atuação do termostato de alta temperatura de água
- Verificação da atuação do termostato de controle de pré aquecimento
- Reaperto dos parafusos dos coletores de admissão e descarga
- Substituição de válvulas se necessário
- Verificação do funcionamento do regulador de velocidade
- Substituição de bicos injetores, se necessário
- Limpeza do respiro do motor
- Limpeza e, se necessário, troca de todos os elementos de filtro de óleo
- Inspeção externa do bloco do motor
- Executar limpeza geral do equipamento.

- Preencher e arquivar a Ficha de Manutenção (modelo neste Plano de Manutenção).
- Verificar contatos, conexões, parafusos, bornes e terminais.

1.2 ALTERNADOR GERADOR

- Lubrificação segundo as especificações do fabricante
- Verificação do aperto das conexões
- Inspeção da condição e percurso dos cabos de alimentação
- Medir correntes e tensões elétricas de entrada e saída das fases A, B e C.
- Medir diferença de tensão elétrica entre neutro e terra.
- Regulagem da tensão
- Inspeção da frequência e regulagem, se necessário.
- Medir tensões elétricas fornecidas pela concessionária

1.3 QUADROS DE COMANDO

- Verificar funcionamento geral do painel.
- Verificar ocorrências no histórico do painel.
- Verificar existência de ruídos e vibrações anormais.
- Verificação e correção dos instrumentos e lâmpadas de sinalização;
- Verificação e correção dos contatos e conexões dos contatores, relês, etc;
- Verificação e correção do funcionamento das chaves de comando;
- Verificação e correção da atuação dos protetores e alarmes;
- Verificação e correção dos fusíveis e disjuntores;
- Verificação e correção das chaves comutadoras;
- Verificação e correção das conexões dos cabos e fios;
- Verificação e correção das operações dos relês temporizadores;
- Verificação e correção do potenciômetro de ajuste de tensão;
- Verificação e correção da fixação de todos os implementos do painel;
- Verificação e correção da regulagem do relê térmico do gerador;
- Verificação e correção da atuação do relê de proteção e tensão do gerador;

- Verificação e correção da atuação do sensor de tensão da rede.
    - ENSAIO DE TERMOGRAFIA – Periodicidade semestral.

    - a) o ensaio de termografia deverá ser desenvolvido com os grupos moto geradores em funcionamento, registrando-se a temperatura ambiente, o consumo geral e os dados nominais da instalação;
    - b) as medições e filmagens serão feitas de modo a apresentar um programa compl eto das três fases de energia, desde o ponto de energização do QTA, seus equipamentos, barramentos, conexões e acessórios gerais;
    - c) os pontos críticos detectados pela termografia deverão ser regularizados em parada preventiva posterior ou, se necessário, o mais rápido possível;
    - d) novo ensaio será executado, conforme alíneas "a" e "b" deste subitem, a fim de constatar a eliminação dos defeitos.

1.4 BATERIAS

- Inspeção das baterias com retirada de sulfato dos terminais;
- Verificação da densidade específica do eletrolítico e da carga das baterias;
- Medir tensões elétricas do carregador de baterias.
- Controle da corrente de carga;
- Reaperto dos terminais.

1.5 SISTEMA DE SAIDA DE GASES

- Verificação de possíveis vazamentos de gases na tubulação;
- Verificação do sistema de fixação da tubulação;
- Reaperto das conexões e juntas, quando necessário;
- Verificação do segmento flexível.

1.6 SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO

- Verificação do tanque combustível.
- Verificação das conexões do sistema
- Verificação do estado das mangueiras.

- Verificação das abraçadeiras e reaperto das mesmas.
- Drenagem de água e sedimentos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO II
REDUÇÃO DE LANCES

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE

O valor mínimo de redução entre os lances incidirá sobre o valor **global** do **item** em disputa.

ITEM	Valor mínimo entre lances
Item 1	R$100,00

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE

(em papel timbrado da Licitante)

Eu, ... (nome completo), representante legal da empresa ..... (razão social), interessada em participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE**, da **Escola de Educação Física e Esporte**, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do artigo 27, Inciso V, da Lei 8.666/1993, com alterações posteriores, a .....(razão social), encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência, no que se refere à observância do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

....., ... de ..... de .....
(Local) (Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE

(em papel timbrado da Licitante)

A.....(razão social), por seu(s) representante(s) legal(is), interessada em participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE**, da **Escola de Educação Física e Esporte**, declara, sob as penas da lei, que observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.

....., ... de ..... de .....
(Local) (Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE REPARO/TROCA EM GARANTIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE

Eu .....(nome completo), representante legal da empresa .....(nome da pessoa jurídica) participante do processo licitatório **(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE)**, da Universidade de São Paulo, promovido por intermédio da **Escola de Educação Física e Esporte**, declaro para os devidos fins que durante o período de garantia dos serviços, e quando couber, dos bens gerados pelos mesmos, que apresentarem defeitos, serão reparados e/ou trocados e todas as despesas inerentes à reposição e transporte destes correrão por conta desta licitante.

....., ... de ..... de .....
(Local) (Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA(O) ..... E A EMPRESA ..... OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE .....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de **2023**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da(o) Escola de Educação Física e Esporte, inscrita no C.N.P.J. sob n° 63.025.530/0022-39, localizada(o) no(a) Av. Prof. Mello Morais, 65 - Administração - Bloco Bl A - térreo - sala 22 - Butantã - São Paulo - SP - CEP: 05508-030, neste ato representada por seu Diretor de Unidade de Ensino, Prof(a). Dr(a). Umberto Cesar Correa, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR n.º 6.561/2014, na Universidade de São Paulo, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **.....**, CNPJ nº **.....** sediada à **.....**, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com fundamento nas Leis Federais n°s. 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Estaduais nºs. 47.297/2002 e 49.722/2005, no Regulamento anexo à resolução nº CC-27/2006 e na Resolução CEGP-10/2002, bem como nas demais Portarias referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, estando as partes vinculadas ao **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº º 00013/2023 - EEFE**, assinam o presente contrato de Prestação de Serviço, obedecendo às seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **prestação** de **SERVICO DE MANUTENCAO EQUIPAMENTO GERACAO/TRANSFORMACAO DE ENERGIA**, conforme descrito no **ANEXO - "OBJETO DO CONTRATO"** e no **ANEXO - "DETALHAMENTO DO OBJETO DO CONTRATO"**, que integra(m) este contrato.

1.2. O objeto do presente Contrato, poderá sofrer alterações em suas quantidades conforme previsto no artigo 65 da Lei nº 8666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A execução dos serviços deverá ter início a contar da data estabelecida da vigência do contrato, observadas as especificações constantes do **ANEXO - "OBJETO DO CONTRATO"** e no **ANEXO - "DETALHAMENTO DO OBJETO DO CONTRATO"**, correndo por conta da **CONTRATADA** todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

2.1.1. O objeto deste contrato deverá ser executado/entregue no endereço:

Serviço de Material / Escola de Educação Física e Esporte
Serviço de Material - Av.Prof.Mello Morais, 65 - Administração - Bloco A - Térreo - sala 22 - Butantã - São Paulo - SP - CEP: 05508-030 - Fone: (011)3091-3165 ou 3091-3117
Horário: das 08:30 às 16:30 horas.

2.2. Se o término do prazo de execução do(s) serviço(s) coincidir com o dia em que a USP não tenha atendimento ao público, este será automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, ou em data pré definida a critério da administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA

3. O(s) serviço(s) objeto deste contrato terá(ão) garantia por prazo não inferior **ao estabelecido no ANEXO - "DO OBJETO"**.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

4.1. Além das obrigações estabelecidas em lei e das constantes dos **Anexos OBJETO DO CONTRATO** e **OUTRAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**, este último se houver, a CONTRATADA é responsável por:

4.1.1. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários, em estrita obediência à legislação vigente, às normas técnicas aplicáveis e às determinações da **CONTRATANTE;**

4.1.2. Arcar com todas as despesas e custos diretos e indiretos, aqui incluídas, entre outras, as despesas com embalagem, frete e/ou transportes, seguros, além de quaisquer outras despesas que se apresentarem e que a qualquer título se façam necessárias à boa execução deste Contrato;

4.1.3. Designar pessoal qualificado e idôneo para realização dos serviços e indicar o responsável pelo acompanhamento da execução e pelos contatos com a **CONTRATANTE;**

4.1.4. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal n° 8.666/1993;

4.1.5. Manter seus empregados identificados por meio de crachás, com fotografia recente, durante o período que permanecerem nas instalações da **CONTRATANTE;**

4.1.6. Fornecer e fiscalizar a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletivos (EPCs), quando necessário à execução do contrato.

4.1.7. Atender prontamente às convocações da **CONTRATANTE**, participando de reuniões, respondendo aos questionamentos e prestando esclarecimentos por escrito, sempre que solicitado;

4.1.8. Prestar a garantia técnica para o objeto deste contrato, pelo prazo e nas condições fixadas no **Anexo OBJETO DO CONTRATO.**

4.1.9. Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** de qualquer anormalidade que verificar na execução deste Contrato;

4.1.10. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes da execução deste Contrato;

4.1.11. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos e supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;

4.1.13. Não ceder ou transferir quaisquer das obrigações assumidas neste contrato, nem subcontratar a execução total ou parcial do objeto sem a prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE.**

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

5.1. O/A Sr.(a) ..... está designado pela **CONTRATANTE** para atuar como preposto, responsável por realizar a fiscalização, acompanhamento e contatos que se fizerem necessários para a realização do objeto pela **CONTRATADA.**

5.1.1. A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte da **CONTRATANTE.**

5.1.2. A ausência de comunicação, por parte da **CONTRATANTE**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e correspondentes Anexos.

5.2. O preposto da **CONTRATANTE** poderá rejeitar o objeto do contrato, no todo ou em parte, quando não forem atendidas suas especificações e condições, devendo tomar as medidas cabíveis nas hipóteses previstas na Cláusula das Penalidades.

5.2.1. Em nenhuma hipótese as características do objeto contratado poderão ser alteradas, sob pena de rescisão contratual.

5.3. Cabe, ainda, à **CONTRATANTE** efetuar os pagamentos devidos em razão da execução do objeto, depois do recebimento definitivo e de acordo com as condições fixadas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente contrato terá vigência pelo prazo de **12 (doze) mês(es)**, consecutivos e ininterruptos, contados a partir de ___**/**___**/**____.

6.2. O Contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, de comum acordo, manifestado com antecedência de, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do seu término, até o limite máximo de **60 (sessenta) meses**, contados do início de sua vigência, nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

6.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à Contratada direito a qualquer espécie de indenização.

6.4. Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E DOS RECURSOS

7. O valor total do presente contrato é de R$..... . A despesa onerará a Classificação Funcional Programática **12.122.1043.6351** - Classificação de Despesa Orçamentária **3.3.90.39.00**, do orçamento da **CONTRATANTE**, de conformidade com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 da Lei Estadual n° 10.320/1968, observada a seguinte distribuição:

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado à Contratada, por período vencido **mensal**, no prazo de **28 (vinte e oito) dias corridos**, contados a partir do dia seguinte ao recebimento provisório do objeto, nos termos da Portaria GR 4.710/2010. A ordem de pagamento será emitida pela Tesouraria Central da Reitoria, a favor da **CONTRATADA**, exclusivamente em conta corrente do **BANCO DO BRASIL S.A.**, a ser indicada pela **CONTRATADA**, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

8.1.1. Nos casos de incidência de ICMS, os documentos fiscais competentes acima referidos, quando emitidos dentro do Estado de São Paulo, deverão ser apresentados com destaque indicando o valor do desconto equivalente ao ICMS dispensado, a que se refere o art. 55, do Anexo I, do Regulamento do ICMS, do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490/2000.

8.1.1.1. Nos casos referidos no subitem 8.1.1., tratando-se de ICMS com alíquota diferente da estabelecida para as operações ou prestações internas (art. 52, Inc. I, do referido Regulamento), ou com base de cálculo que não corresponda ao valor total dos produtos que são objeto do documento fiscal, e embasamento legal que o justifica, deverá ser, também, destacado nesse mesmo documento.

8.1.2. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e alterações posteriores, respeitando as seguintes determinações.

8.1.2.1. Quando da celebração do contrato:

a) A **CONTRATADA** deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados relativamente ao ISSQN, também informar o valor, alíquota e indicar expressamente no documento fiscal correspondente quando couber, a responsabilidade pelo tomador de serviços da retenção e pagamento do ISSQN, conforme art. 6º, da Lei Complementar nº 116/2003.

b) A **CONTRATANTE**, na qualidade de responsável tributário, deverá reter e recolher o ISS informado na nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentado, no prazo previsto na legislação municipal.

c) As microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples nacional, deverão informar no documento fiscal, a alíquota aplicável na retenção de acordo com o percentual de ISS vigente.

d) Na hipótese da microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota vigente.

8.2. São condições para a liberação do pagamento:

8.2.1. O recebimento definitivo do objeto;

8.2.2. A entrega da documentação fiscal completa;

8.2.3. A não existência de registro da **CONTRATADA** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pela **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº. 53.455/2008.

8.3. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

8.4. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no parágrafo anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

8.5. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

8.6. A constatação de irregularidades na execução deste ajuste motivará o desconto da importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo de eventual rescisão e aplicação das penalidades fixadas na Cláusula - Das Penalidades.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9.1. Observadas as prescrições do Decreto nº 48.326/2003 e pela Resolução CC-79 de 12/12/2003, no que for pertinente, aplicar-se-á a este Contrato, em periodicidade anual, reajuste dos valores contado "do mês de referência dos preços". A periodicidade anual poderá ser reduzida por ato do Poder Executivo.

9.1.1. Ocorrendo o disposto acima, os preços dos serviços, conforme discriminado neste Contrato, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

R = Po . [(IPC / IPCo) - 1]

Onde:

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC / IPCo = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste;

9.2. Os valores contratuais serão reajustados para mais ou para menos em conseqüência de suas variações.

9.3. Será considerado como "mês de referência dos preços" o da apresentação da proposta, durante a fase de aceitabilidade do preço na BEC.

9.4. O reajuste de valores será efetuado somente com base em índices definitivos.

9.5. Da aplicação da fórmula constante nesta cláusula, serão obtidos valores reajustados e novo "mês de referência", sendo este mês a base para o próximo período, quando poderá ocorrer novo reajuste, observada a legislação específica vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA FINANCEIRA

10.1. A **CONTRATADA** compromete-se, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da data da assinatura deste instrumento, prestar garantia mediante caução em dinheiro; ou títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária, no valor de **.....**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atribuído ao contrato que ficará depositada como garantia do fiel cumprimento da execução do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei 8.666/93.

10.1.1. A garantia apresentada pela **CONTRATADA** deverá ter validade por 60 (sessenta) dias além do prazo de vigência deste contrato.

10.1.2. Caso a garantia oferecida pela **CONTRATADA** evidencie qualquer impropriedade ou incorreção em seu teor ou origem, a **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, exigir sua regularização, ou substituição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação.

10.1.3. A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazo especificados no parágrafo anterior sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes consequências:

10.1.3.1. Retenção dos pagamentos que lhe sejam devidos para recomposição da garantia contratual, na modalidade caução em dinheiro; ou

10.1.3.2. Caracterização de inexecução contratual, ensejando a consequente aplicação das penalidades previstas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste contrato, e, ainda, a rescisão do ajuste com fundamento no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.1.4. Caberá à Administraçãa contratante decidir motivadamente entre a retenção de pagamentos para recomposição da garantia contratual ou a caracterização da inexecução contratual.

10.1.5. A correção monetária da garantia prestada na forma de caução em dinheiro será calculada com base na variação do índice IPC/FIPE e, no caso de utilização de cheque, a data inicial da correção será a do crédito bancário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Além das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8666/1993 e na Resolução USP nº 7601/2018, que integra este Contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

11.2. A advertência é aplicável em caso de descumprimento de obrigação acessória que não resulte em prejuízo à execução do objeto principal do contrato.

11.3. Poderão ser aplicadas multas, com fundamento no artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, observados os seguintes tipos e respectivos percentuais:

a) **Cominatória:** A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I - Até o 30º dia - 0,1% (um décimo por cento) ao dia;

II - A partir do 31º dia - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

a.1) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração.

b) **Moratória:** A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

I - Até o 30º dia - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;

II - A partir do 31º dia - 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

b.1) A multa moratória não excederá a 20% (vinte por cento) da obrigação cumprida em atraso.

c) **Por inexecução total ou parcial do contrato:** A multa será de 20% (vinte por cento) do valor da obrigação não cumprida, e será aplicada quando for imputável à **CONTRATADA** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas, e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora, em especial nas situações que ensejam a rescisão unilateral do contrato, previstas no artigo 78, incisos I a XII, da Lei nº 8.666/1993.

11.3.1. As multas poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente.

11.3.2. As multas não tem caráter compensatório, de modo que, independentemente das sanções aplicáveis, a **CONTRATADA** ficará sujeita à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.

11.4. Poderá ser aplicada, ainda, a sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, com fundamento no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.5. As sanções restritivas do direito de licitar e contratar poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.

11.6. O procedimento administrativo garantirá o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Resolução USP nº 7601/2018.

11.7. As sanções aplicadas pela Administração serão registradas no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br; no Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis.

11.8. As multas e demais débitos não pagos pela **CONTRATADA** são passíveis de registro no CADIN Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A falta de cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento ou a incidência do comportamento descrito no artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicáveis, ainda, as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da mesma legislação.

12.2. No caso de contratação com sociedades cooperativas, ocorrerá a rescisão imediata do contrato administrativo na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições a que alude o § 1°, do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011.

12.3. Em caso de rescisão, a **CONTRATANTE** poderá reter eventuais valores devidos à **CONTRATADA**, com fundamento no artigo 80, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, a fim de se ressarcir de eventuais prejuízos que lhe tenham sido causados pela **CONTRATADA.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda deste ajuste e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as partes.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

São Paulo, ... de ..... de 2023.

.....
P/ CONTRATANTE
Prof(a). Dr(a). Umberto Cesar Correa
Diretor de Unidade de Ensino

.....
P/ CONTRATADA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO I
OBJETO DO CONTRATO

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Anexo I, que integra este contrato firmado nesta data.

São Paulo, ... de ..... de 2023.

.....
P/ CONTRATANTE
Prof(a). Dr(a). Umberto Cesar Correa
Diretor de Unidade de Ensino

.....
P/ CONTRATADA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO II
DETALHAMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

MEMORIAL DESCRITIVO

1. **OBJETO**

Manutenção preventiva, corretiva e emergencial em equipamentos geradores de energia a diesel, estacionários, conforme abaixo:

Equipamento 1

Grupo gerador marca **Olympian**

Potência: 36/40 KVA

Voltagem: 220x127V

Motor: Perkins modelo 1104 A-44G- Silenciada Automática

Equipamento 2

Grupo gerador marca **Integgral**

Potência Emergência (Kva/Kw): 100/80

Potência Contínua (Kva/Kw): 82/65

Voltagem: 220x127V

Motor: Perkins modelo 1104 A – 44TG2

Obs1: Os equipamentos descritos são utilizados somente em casos de falta de energia, contudo, é necessário que estejam em pleno funcionamento, pois são essenciais para a continuidade de

pesquisas envolvendo material biológico, de modo que as amostras não podem sofrer nenhum comprometimento. **Nesse sentido, é imprescindível que a(s) proponente(s) comprove(m) atendimento prévio a locais onde são realizadas pesquisas com material oriundo de coleta biológica.** Isso se faz necessário em função de experiência anterior, em que a Administração se viu fragilizada pela falta de *expertise* da contratada para lidar com esse tipo de demanda, o que comprometeu o atendimento e quase provocou prejuízos incalculáveis para alunos, pesquisadores e docentes, evitando a recorrência desse tipo de situação.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Manutenção Preventiva

2.1.1. Nas visitas mensais, doravante denominadas de "**visitas preventivas**" a **CONTRATADA** deve promover a verificação de todos os itens descritos no Anexo II – Relatório de Visita.

2.1.2. As visitas denominadas de "Preventivas" deverão ser agendadas, em horário comercial (tel.: 3091-8737, com Sr. Ronaldo). Após cada visita, haverá emissão de Atestado de Visita (Anexo I) e Relatório de Visita (Anexo II), assinado pelo responsável que a acompanhou, funcionário este que deverá pertencer ao quadro efetivo da EEFE – USP, e pelo técnico da empresa que efetuou a visita.

2.1.3. As visitas preventivas deverão ocorrer obrigatoriamente no período compreendido entre o dia primeiro e dia vinte e cinco de cada mês, em horário comercial.

2.1.4. Os serviços de manutenção preventiva, relacionados no Anexo II, deverão obrigatoriamente ser executados, não se tornando, entretanto, fator impeditivo ou restritivo para a realização de outros trabalhos, verificações, testes, etc., que a **CONTRATADA** julgue necessários para propiciar a perfeita operação e segurança do sistema.

2.1.5. Os detalhes das manutenções preventivas estão orientados no ANEXO III - PLANO MÍNIMO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA deste memorial. Entretanto, estas orientações não isentam a CONTRATADA de efetuar outros ajustes e manutenções que julgue adequado e necessário.

2.2. Manutenção Corretiva

2.2.1. Consiste nos serviços para corrigir as causas e efeitos de ocorrências constatadas nas instalações, a fim de promover o retorno das mesmas às condições normais de funcionamento.

2.2.2. Em caso de necessidade, em qualquer momento e sem limite de chamados, a CONTRATANTE acionará a CONTRATADA para ações corretivas, cujas visitas não poderão ser classificadas como "visitas preventivas" e sim como "visitas corretivas", devendo ocorrer em ocasiões distintas das "visitas preventivas". Por ocasião das visitas corretivas, também haverá emissão de Atestado de Visita (Anexo I) e do Relatório de Visita (Anexo II).

2.3. Manutenção Emergencial

2.3.1. Caracteriza-se pela premência da execução de serviços **necessários e inadiáveis** objetivando eliminar problemas oriundos de ocorrências que, de alguma forma, possam comprometer o funcionamento de sistemas essenciais da unidade.

2.3.2. Incluem-se ainda nestes serviços, gestões, reparos e consertos que possam sanar situações de risco relacionadas às redes de energia elétrica e que, por conseguinte, possam comprometer o perfeito funcionamento dos laboratórios e freezers da Unidade.

2.3.3. **A CONTRATADA deverá providenciar o atendimento no máximo em 2 (duas) horas** – inclusive aos sábados, domingos, feriados e fora do horário comercial. – devendo, para tanto, dispor de equipe técnica de plantão. O não atendimento, neste item, implicará nas sanções contratuais previstas. Ressaltamos que o período máximo é fixado em **2 horas** em razão da segurança biológica das amostras coletadas, acima desse prazo haverá degradação do material armazenado.

3. PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

3.1. Os materiais e peças nas manutenções corretivas, serão pagos à parte do contrato.

3.2. Executar os serviços obedecendo ao disposto neste Termo de Referência, nas instruções da CONTRATANTE e dos fabricantes do equipamento e dos materiais utilizados, na boa técnica e na legislação e normas pertinentes. No caso de apontamento de falhas, a CONTRATADA deverá tomar prontamente as providências necessárias à correção.

3.3. Relatar à fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução dos serviços, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE, especialmente se representar risco para o patrimônio público ou pessoas.

3.4. Executar os serviços que impliquem em desligamentos do equipamento, e outros que possam comprometer o funcionamento normal da CONTRATANTE somente em horário pré-estabelecido pela fiscalização da EEFE.

3.5. Executar todos os testes de segurança especificados nos manuais técnicos do equipamento.

3.6. Disponibilizar o aparelhamento técnico adequado para a prestação dos serviços, assim como todas as ferramentas e instrumentos eletrônicos de medição necessários, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE.

3.7. Na hipótese de haver troca de peças ou materiais, fornecer garantia das mesmas pelo período estabelecido pelo fabricante. Caso o fabricante não discrimine o período de garantia, essa deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses.

3.8. Responsabilizar-se pela retirada dos materiais substituídos, inclusive baterias, dando lhes destino adequado conforme disposições legais.

3.9. Adotar boas práticas de otimização de recursos e redução de desperdícios, visando menor poluição, tais como:

a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/ poluentes.

b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

c) Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/ poluição.

3.10 Os serviços deverão ser, necessariamente, realizados na presença de funcionário designado pela **CONTRATANTE**.

4. CORPO TÉCNICO E FUNCIONAL

4.1. Executar os serviços de manutenção através de profissionais de qualificação adequada ao tipo de serviço que estiver sendo realizado. O grupo moto gerador é composto de 02 (duas) partes, sendo uma elétrica (QTA, chocote relés) e a outra mecânica (motor), portanto, em conformidade com as atribuições do CONFEA, essas são atividades desenvolvidas pelos profissionais graduados em engenharia elétrica e mecânica.

4.2. Identificar os seus empregados através de crachás contendo foto recente, nome e função e exigir seu uso em local visível.

4.3. Orientar os seus empregados de que não poderão se retirar dos prédios ou instalações da Contratante, portando volumes ou objetos, sem a devida autorização e liberação do representante da CONTRATANTE.

4.4. **Com relação ao corpo técnico, a empresa deverá apresentar a relação de funcionários de seu quadro efetivo que ocupem a função específica para a prestação do serviço ora contratado. Isso se faz necessário, pois a Administração não pode estar sujeita a aguardar o deslocamento de uma equipe composta de uma única pessoa que, às vezes, pode estar em distâncias inapropriadas a eventuais atendimentos de emergência, conforme cláusula 2.3.3.**

5. AVALIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE BATERIAS

5.1. A avaliação da vida útil das baterias, do sistema de carga e partida deverá ser feita mediante aparelho específico a essa finalidade, com dispositivo integrado para impressão do relatório técnico avaliativo. Não serão admitidas inspeções visuais. Caso o prestador insista em realizar o serviço dessa forma, este será considerado como "obrigação contratual não cumprida", sujeito às penalidades cabíveis.

5.2. Quando houver a necessidade de troca de baterias (seja na manutenção preventiva ou corretiva) estas deverão ser objeto de processo específico de compra pela CONTRATANTE.

5.3. Mesmo no caso de as baterias serem adquiridas de outro fornecedor, caberá à contratada proceder a instalação das baterias.

5.4. Deverá ser utilizado o equipamento BAT 135(Bosch) nas manutenções mensais com a impressão e entrega à administração de cópia do respectivo relatório técnico das baterias.

6. SUBSTITUIÇÕES DE ÓLEO E FILTROS

6.1. Será de responsabilidade da contratada a substituição e fornecimento do óleo e de todos os filtros do gerador, respeitando as especificações técnicas do fabricante de cada equipamento. Esta troca ocorrerá uma vez ao ano ou a cada 250 horas de funcionamento dos geradores.

6.2. Caso um dos geradores necessite de mais de uma troca por ano, o material utilizado a partir da segunda troca será responsabilidade da CONTRATANTE fornecer.

7. LEGISLAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

7.1. Na condução e execução dos serviços deverão ser rigorosamente observadas as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, as Normas Técnicas ABNT, os catálogos técnicos dos fabricantes, bem como as determinações dos poderes públicos mantendo os locais dos serviços

sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina nos termos das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, além de executar os serviços de acordo com as boas práticas de segurança, de conservação de energia e de preservação do meio ambiente, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução.

7.2. Da Legislação e Normas vigentes, destacamos sem minimizar todas as outras não citadas:

NR 10 Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

NR 11 Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;

NBR 5410 Instalações Elétricas em Baixa Tensão;

NBR 7256 Tratamento de Ar em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;

NBR 12188 Sistemas centralizados de oxigênio, ar, óxido nitroso e vácuo para uso medicinal em estabelecimentos assistenciais de saúde;

NBR 12779 Inspeção, Manutenção e Cuidados em Mangueiras de Incêndio;

NBR 12962 Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio;

NBR 13413 Controle de Contaminação de Áreas Limpas;

NBR 13700 Áreas Limpas – Classificação e Controle de Contaminação;

RDC 50 RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002;

RE nº009 Resolução – RE nº 009 de 16 de janeiro de 2003 – ANVISA;

Lei nº6437 Lei Federal nº 6437 de 20 de janeiro de 1977 – Legislação Sanitária Federal;

Lei n°10.348 Dispõe sobre instalação e funcionamento de elevadores e outros aparelhos de transporte, e dá outras providências;

Port. nº3523 Portaria nº 3523, de 28 de agosto de 1998 – Legislação Sanitária Federal.

8. OBSERVAÇÕES DE ORDEM GERAL E CAPACITAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA

8.1. Toda vez em que existirem paradas programadas no sistema Eletropaulo/USP, a **CONTRATANTE** irá acionar a **CONTRATADA** para realização de teste de funcionamento do Grupo gerador, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

8.2. O abastecimento com diesel será por conta da CONTRATANTE.

8.3. Por ocasião da substituição de peças, as mesmas devem ser deixadas no local com o responsável da Unidade, indicado pela **CONTRATANTE**.

8.4. Serão de responsabilidade da **CONTRATADA** o reparo e substituição de peças e/ou equipamentos, resultantes de atos culposos seus ou de seus prepostos.

8.5. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento e uso de EPI's de seus funcionários.

8.6. Eventuais dúvidas que surgirem deverão ser apreciadas conjuntamente com a fiscalização da EEFE.

8.7. Caso sejam constatados defeitos comprovadamente oriundos de materiais de baixa qualidade ou falhas de execução caberá à CONTRATADA efetuar as correções necessárias, assumindo todas as despesas decorrentes.

8.8. Se a contratada deixar de atender imediatamente às instruções para corrigir qualquer serviço ou proposta de orçamento considerado insatisfatório ou abusivo, a EEFE reserva-se o direito de fazer as correções ou solicitar propostas diretamente ou por contrato com terceiros, cobrando as despesas da contratada.

8.9. A CONTRATADA cuidará para que não sejam obstruídos os serviços de terceiros. Caso haja necessidade de executar algum tipo de serviço que possa vir a causar algum transtorno a terceiros, a mesma deverá encaminhar, oficialmente, um pedido, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, ao fiscal da CONTRATANTE.

8.10. Parte dos serviços que obrigam o corte de energia elétrica, somente poderão ser executados aos domingos e feriados e, para tanto, deverá haver entendimentos com a fiscalização da EEFE em tempo hábil para a divulgação e reorganização da agenda dos laboratórios da Unidade.

8.11. A fiscalização dos serviços pelo fiscal da CONTRATANTE, em nada eximirá a contratada das responsabilidades assumidas.

8.12. Todos os funcionários deverão usar os equipamentos de segurança individuais e coletivos, de acordo com a necessidade de cada serviço, obedecendo assim rigorosamente às normas regulamentadoras pertinentes.

8.13. Os locais deverão ser devidamente sinalizados visando à segurança dos usuários e veículos da USP, bem como a sua passagem nos locais.

8.14. Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação, pela contratada, dos comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, e outras comprovações de regularidade trabalhista que a CONTRATADA julgar necessário.

8.15. A empresa contratada será responsável por qualquer dano que venha a causar ao patrimônio da Universidade de São Paulo e a terceiros, na forma da lei.

8.16. O(s) Atestado(s) de Capacidade técnica em nome da(s) proponente(s) e seus responsáveis técnicos que comprovem a prestação de serviço anterior.

Localização dos equipamentos:
Av. Professor Mello Moraes, 65 – Lateral do Bloco C – Escola de Educação Física e Esporte – USP.

8.16 O(s) Atestado(s) de Capacidade técnica em nome da(s) proponente(s) e seus responsáveis técnicos que comprovem que comprovem a prestação de serviço anterior, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo que cada um deles deverá ser equivalentes às características e quantidades, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, , desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50 à 60%, sendo aceito o somatório dos atestados para a comprovação da execução pretendida, confirme inciso II, do artigo 30 da Lei 8666/93, com o objeto da licitação abrangendo os seguintes itens:

- **Manutenção em sistemas de transferência automáticas de cargas (geração a diesel) e limpeza de tanque de combustível; (mínimo de 84KVA)**

- **Manutenção em motores a diesel. (Mínimo de 84KVA)**

8.17 Apresentar Certificado de Acervo Técnico (CAT) expedido pela entidade competente (CREA/CONFEA) correspondente aos atestados e aos profissionais de engenharia Elétrica e Mecânica (O grupo moto gerador é composto de 02 (duas) partes, sendo uma elétrica e a outra mecânica, portanto, em conformidade com as atribuições do CONFEA, será necessário que a empresa tenha em seu quadro funcional um engenheiro elétrico e um engenheiro mecânico.)

8.18. Somente serão aceitos atestados expedidos para, pelo menos, um ano de contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, cujo escopo atenda ao objeto licitado.

9. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

9.1. Os freezers -80ºC e ultra freezers da EEFE_USP necessitam de sala com refrigeração e temperatura adequada para seu bom funcionamento. É imprescindível que o freezer esteja ligado a um sistema com geradores de energia. Nesses freezers são armazenadas amostras de sangue, saliva, urina e tecidos tanto de animais de experimentação em pesquisa como de humanos. Essas amostras são utilizadas em pesquisas de docentes, pesquisadores em estágio de pós-doutoramento e alunos de graduação e pós-graduação para fins de pesquisa e produção de conhecimento científico. As amostras não podem sofrer variações muito grandes de temperatura, pois podem degradar e a perda das mesmas trará prejuízos incalculáveis em materiais coletados ao longo de vários anos, assim como materiais de teses e dissertações, dentre outros. Nesse sentido, o bom funcionamento dos freezers é imprescindível para o andamento das pesquisas científicas que utilizam material congelado na Unidade.

Anexo I do Memorial Descritivo: Atestado de visita

Contrato nº XXXX/XXXX
Processo nº: XXXX.X.XXX.XX.X

"ATESTADO DE VISITA"

A empresa _____ realizou visita na presente data, para execução de serviços de conservação e manutenção de dois Grupo Geradores instalados na Escola de Educação Física e Esporte – USP.

Tipo da visita ( ) preventiva / mensal

(.....) corretiva / eventual

Observações:

_____
_____
_____
_____
_____
_____

Data _____/_____/_____

_____
Técnico da USP
Nome:

_____
Técnico da empresa
Nome:
RG:

Anexo II do Memorial Descrito: Relatório de Visita

MENSAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Verificação do nível de óleo lubrificante												
Verificação do nível de líquido de arrefecimento												
Verificação do nível de combustível												
Verificação das correias (tensioná-las se preciso)												
Verificação da existência de vazamentos												
Limpeza geral do equipamento												
Verificação do estado de todas as mangueiras e mangotes												
Drenagem do filtro separador												
Drenagem do tanque de combustível												
Verificação do nível de eletrólito das baterias												
Verificação do filtro de ar												
Medição da tensão e freqüência do gerador												
Medição da tensão de bateria												
Verificação do funcionamento do carregador de baterias												
Verificação do funcionamento alternador carregador de baterias												
Verificação do funcionamento dos instrumentos, sinalizações e ajustes dos sensores												
Verificação dos circuitos de força e comando (maus contatos e aquecimentos)												
Verificação do funcionamento em vazio												
Responsável USP												

VISTO

SEMESTRAL	**Data**	**Data**
Substituição do óleo lubrificante		
Substituição dos filtros de óleo lubrificante		
Substituição dos filtros de combustível		
Verificação da proteção por baixa pressão do óleo		
Verificação da proteção por alta temperatura da água		
Verificação da proteção de baixo nível de líquido de arrefecimento		
Verificação da proteção pelo botão de emergência		
Verificação de funcionamento em automático e teste com carga		
Verificação dos painéis de transferência		
Ensaio de Termografia		
Responsável USP		

ANUAL	***Data***
Re-aperto das conexões de escape	
Re-aperto das conexões dentro do alternador	
Re-aperto dos parafusos dos suportes e dos coxins	
Re-aperto dos parafusos dos suportes do radiador	
Re-aperto das conexões e abraçadeiras das mangueiras e mangotes	
Responsável USP	

	Data	**Data**
Substituição dos filtros de ar se necessário, devendo ser analisado pelo técnico da unidade		
Substituição do líquido de arrefecimento com colocação de aditivo se necessário, devendo ser analisado pelo técnico da unidade		

VISTO

ANEXO III DO MEMORIAL DESCRITO

PLANO DE MANUTENÇÃO

1. PLANO MÍNIMO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A Contratada executará as atividades de manutenção preventiva dos geradores objetos deste Plano de Manutenção, compreendendo no mínimo o seguinte:

1.1 MOTOR DIESEL

- Verificação da passagem de combustível pelos elementos filtrantes, limpando ou substituindo quando necessário.
- Limpeza ou substituição do filtro de ar (quando necessário)
- Verificação da resistência do pré-aquecimento
- Verificação do nível de água do radiador
- Verificação do nível de combustível
- Verificação do nível de óleo do cárter, completando-o, quando necessário
- Verificação do funcionamento da bomba injetora
- Verificação de vazamentos de água, óleo ou combustível.
- Reaperto de polias e tensão das correias
- Verificação de atuação de pressostato de baixa pressão de óleo
- Verificação da atuação do termostato de alta temperatura de água
- Verificação da atuação do termostato de controle de pré aquecimento
- Reaperto dos parafusos dos coletores de admissão e descarga
- Substituição de válvulas se necessário
- Verificação do funcionamento do regulador de velocidade
- Substituição de bicos injetores, se necessário
- Limpeza do respiro do motor
- Limpeza e, se necessário, troca de todos os elementos de filtro de óleo
- Inspeção externa do bloco do motor
- Executar limpeza geral do equipamento.

- Preencher e arquivar a Ficha de Manutenção (modelo neste Plano de Manutenção).
- Verificar contatos, conexões, parafusos, bornes e terminais.

1.2 ALTERNADOR GERADOR

- Lubrificação segundo as especificações do fabricante
- Verificação do aperto das conexões
- Inspeção da condição e percurso dos cabos de alimentação
- Medir correntes e tensões elétricas de entrada e saída das fases A, B e C.
- Medir diferença de tensão elétrica entre neutro e terra.
- Regulagem da tensão
- Inspeção da frequência e regulagem, se necessário.
- Medir tensões elétricas fornecidas pela concessionária

1.3 QUADROS DE COMANDO

- Verificar funcionamento geral do painel.
- Verificar ocorrências no histórico do painel.
- Verificar existência de ruídos e vibrações anormais.
- Verificação e correção dos instrumentos e lâmpadas de sinalização;
- Verificação e correção dos contatos e conexões dos contatores, relês, etc;
- Verificação e correção do funcionamento das chaves de comando;
- Verificação e correção da atuação dos protetores e alarmes;
- Verificação e correção dos fusíveis e disjuntores;
- Verificação e correção das chaves comutadoras;
- Verificação e correção das conexões dos cabos e fios;
- Verificação e correção das operações dos relês temporizadores;
- Verificação e correção do potenciômetro de ajuste de tensão;
- Verificação e correção da fixação de todos os implementos do painel;
- Verificação e correção da regulagem do relê térmico do gerador;
- Verificação e correção da atuação do relê de proteção e tensão do gerador;

- Verificação e correção da atuação do sensor de tensão da rede.
    - ENSAIO DE TERMOGRAFIA – Periodicidade semestral.

    - a) o ensaio de termografia deverá ser desenvolvido com os grupos moto geradores em funcionamento, registrando-se a temperatura ambiente, o consumo geral e os dados nominais da instalação;
    - b) as medições e filmagens serão feitas de modo a apresentar um programa compl eto das três fases de energia, desde o ponto de energização do QTA, seus equipamentos, barramentos, conexões e acessórios gerais;
    - c) os pontos críticos detectados pela termografia deverão ser regularizados em parada preventiva posterior ou, se necessário, o mais rápido possível;
    - d) novo ensaio será executado, conforme alíneas "a" e "b" deste subitem, a fim de constatar a eliminação dos defeitos.

1.4 BATERIAS

- Inspeção das baterias com retirada de sulfato dos terminais;
- Verificação da densidade específica do eletrolítico e da carga das baterias;
- Medir tensões elétricas do carregador de baterias.
- Controle da corrente de carga;
- Reaperto dos terminais.

1.5 SISTEMA DE SAIDA DE GASES

- Verificação de possíveis vazamentos de gases na tubulação;
- Verificação do sistema de fixação da tubulação;
- Reaperto das conexões e juntas, quando necessário;
- Verificação do segmento flexível.

1.6 SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO

- Verificação do tanque combustível.
- Verificação das conexões do sistema
- Verificação do estado das mangueiras.

- Verificação das abraçadeiras e reaperto das mesmas.
- Drenagem de água e sedimentos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO VII
TABELA PARA CONTATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE

A visita técnica é facultativa.

Observadas as características constantes do ANEXO I - "DESCRIÇÃO DO OBJETO", recomenda-se que a Licitante visite os locais onde seram realizados os Serviços, o que deverá ocorrer com anterioridade à sessão pública, para inteirar-se de todos os aspectos referentes à sua execução. Para todos os efeitos, considerar-se-á que a Licitante tem pleno conhecimento da natureza e do escopo do objeto. Não poderá a Licitante alegar posteriormente a insuficiência de dados e/ou informações sobre os locais e as condições pertinentes ao objeto.

Para agendamento da Vistoria, deve-se entrar em contato com o senhor Ronaldo Brandão Junior, através do telefone "(11) 2648-1451" ou do e-mail "ronaldojr@usp.br"

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO VIII
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2023 - EEFE

CONTRATANTE:
CONTRATADO:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:
Cargo:
CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:
Nome:
Cargo:
CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome:
Cargo:
CPF:

Assinatura: _____